



Ciencia y Sociedad

Documento científico e informação em universidades

Maria Leandra Bizello

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Brasil · mleandra23@gmail.com

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo expor os primeiros resultados e reflexões da investigação de pós-doutorado no exterior desenvolvida na Universidade do Porto, sobre Arquivos Universitários em Portugal e no Brasil, e a memória científica nessas instituições de ensino superior. O projeto de investigação delimitou como objeto de estudo no Brasil as universidades estaduais do estado de São Paulo e seis universidades em Portugal, privilegiou a reflexão sobre a avaliação de documentos e da informação na Universidade do Porto. No processo investigativo utilizamos o recurso das entrevistas presenciais para aproximação do objeto bem como sua exploração. A pergunta que nos provocou no percurso foi e ainda é: o que a universidade e a ciência querem deixar para o futuro sobre si? A partir dessa questão investigamos e comparamos o processo de avaliação de documentos nas universidades. A avaliação de documentos sempre existiu, mas por vezes de maneira desordenada, situação em que os documentos são deixados ao acaso, em péssimas condições de guarda. As universidades no Brasil e em Portugal são autônomas nas tomadas de decisões, inclusive sobre a avaliação dos documentos, mas as instituições nacionais historicamente responsáveis pelos arquivos, no caso, o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo divergem, nos dois casos, em alguns aspectos, inclusive na avaliação, tanto da teoria quanto da metodologia arquivística. Dessa maneira, há uma tensão quanto à decisão da destinação de documentos. Por outro lado, a informação científica está intrinsecamente ligada à produção de documentos científicos. A reflexão sobre a avaliação de documentos e da informação nessa etapa da pesquisa é fundamental para compreendermos seu impacto nas discussões que realizaremos sobre a memória científica e institucional.

Palavras-chave: Arquivo; Documento científico; Universidade; Avaliação documental; Informação científica.

Abstract: This paper aims to expose the first results and reflections of postdoctoral research abroad developed at the University of Porto, of University Archives in Portugal and Brazil, and scientific memory in these higher education institutions. The research project delimited as object of study in Brazil the state universities of São Paulo and six universities in Portugal, has privileged reflection on the appraisal of documents and information at the University of Porto. In the investigative process we use the resource of personal interviews to approach and their exploitation object. The question that led us along the way was and still is: what the university and science want to leave for the future about upon it? From this matter investigated and compared the appraisal process documents in universities. The document appraisal has always existed, but sometimes in a disorderly manner, in which the documents are left to chance, in poor guard conditions. Universities in Brazil and Portugal are autonomous in decision-making, including on the evaluation of the documents, but national institutions historically responsible for the archives in the case, the National Archives, the Public Archives of the State of São Paulo and the National Archives of Torre do Tombo differ in both cases, in some respects, including in the appraisal of both the theory and methodology of archival science. Thus, there is a tension as to the decision of the destination document. On the other hand, the scientific information is intrinsically linked to the production of scientific documents. Reflection on the appraisal of documents and information in this stage of the research is critical to understanding its impact on the discussions which we will undertake on the scientific and institutional memory.

Keywords: Archive; Scientific Document; University; Appraisal; Scientific Information.

Introdução

Nesse trabalho exporemos o percurso da pesquisa de pós-doutorado realizada em Portugal e iniciada no Brasil com o objetivo de estudarmos de maneira comparativa os arquivos e a gestão de documentos nas universidades portuguesas e brasileiras, priorizando as universidades estaduais de São Paulo. Delimitamos um pouco mais nosso objeto na avaliação de documentos nas universidades, sendo que as reflexões realizadas nas próximas seções do artigo pertencem à primeira fase de nossa pesquisa, uma vez que além das questões de avaliação de documentos científicos também refletiremos sobre a memória científica nas próximas etapas da pesquisa.

Para levar avante esse projeto, a metodologia empreendida foi, além da pesquisa bibliográfica, a prospecção no campo, isto é, nas universidades. Em Portugal, seis universidades foram visitadas: Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Minho e Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. O trabalho nesse campo foi o de entrevistar profissionais diretamente envolvidos com os arquivos e a gestão de documentos no ambiente universitário. Essa exploração foi importante para termos a dimensão do campo científico português e seus arquivos. Para este artigo escolhemos refletir sobre a avaliação na Universidade do Porto que tem proposta consolidada sobre essa questão.

Nesse período de pesquisa, entre o trabalho exploratório e a participação em eventos, uma indagação surgiu: o que a universidade e a ciência querem deixar para o futuro sobre si? Já colocamos essa mesma questão em outros eventos, na esperança de resposta ou respostas, mas ela é sempre inconclusa, talvez evasiva e acreditamos que devemos caminhar muito para algo mais claro.

Por outro lado, os arquivos de ciência (Medleg, 2014) ou científicos dizem respeito a um amplo campo da ciência e que não está circunscrito tão somente às universidades, mas diz respeito às políticas científicas locais e globais, ao ensino e formação das ciências e cientistas, à informação científica, à tecnologia, à burocracia e a gestão de documentos e de informação, à divulgação da ciência, ao patrimônio e memória da ciência e uma série de outras temáticas, algumas restritas às universidades, outras que a colocam no âmbito das sociedades nas quais se inserem.

Documento científico

Não nos foi possível ainda uma reflexão bastante aprofundada sobre o documento científico, esse também não é nosso objeto central, mas traçaremos algumas perspectivas para que possamos refletir sobre a avaliação de documentos no âmbito das universidades.

O documento a que nos referimos é o documento de arquivo, aquele produzido e recebido pelas atividades institucionais, sejam elas atividades meio ou atividades fim; tais atividades nas universidades sofreram expansões significativas. Segundo Samuels (1998, p.20) as missões que representam as universidades do século XIX e início do século XX, pesquisa, ensino e extensão, falham ao representá-las na contemporaneidade. O contexto estudado pela autora, os *colleges* e universidades norte-americanas, modificou-se no último século:

(...) As colleges and universities have grown and diversified, their original missions and purposes have expanded. Many colleges and universities have evolved into large multi-purpose institutions, with sprawling physical plants and endowments and expenses in the millions of dollars.

Several factors account for this extraordinary growth. Academic institutions have expanded along with the development of new and increasingly specialized knowledge. Faculty with subject expertise are required to staff new departments that splintered off from the traditional departments. The expansion and specialization of knowledge increased the need for professional, technical, managerial, and service workers with particular training. (Samuels, 1998, p.20)

A percepção dessa ampliação leva Samuels a analisar, em *Varsity Letters: documenting modern colleges and universities* (1998), sete funções expandidas das três missões tradicionais: “confer credentials, convey knowledge, foster socialization, conduct research, sustain the institution, provide public service, promote culture” (Samuels, 1998, p.22). Ao discutir tais funções, analisa também a numerosa documentação e sua gestão, desde a seleção e admissão de alunos até o papel da instituição como promotora de cultura.

A essa reflexão clássica de Samuels acrescentamos as ideias de Odile Welfelé (2004) que considera os documentos científicos em uma perspectiva contemporânea, documentos que numa gama também ampliada compreende não apenas as atividades fim, mas todas as atividades que apoiam as missões contemporâneas das universidades assim como nos dá subsídios para refletir sobre a documentação em suporte digital que avança cada vez mais em todas as instituições. Portanto, quando pensamos em documentos no âmbito universitário estamos tratando de documentos produzidos em laboratórios de química, física ou biologia e também de documentos que registram a compra de equipamentos para esses mesmos laboratórios, de planilhas de frequência de estagiários, de relatórios científicos, de notas fiscais, recibos, atividades de alunos de graduação, enfim uma série de documentos com grande relação entre si. Todos eles são reflexos das diferentes ações ali desenvolvidas, e que entrelaçam as missões da universidade e as atividades que as apoiam, dão suporte para a sua concretização.

A avaliação de documentos

Trataremos agora, após essa análise inicial sobre documentos científicos e entendendo-os de maneira ampliada, entrelaçado a uma série ou sucessão de relações na universidade, da avaliação documental.

A avaliação de documentos está inserida no que contemporaneamente a arquivologia nomeia de gestão de documentos e começou a ser problematizada de maneira mais consistente em meados do século XX. Antes disso, a questão da avaliação e o descarte sob as ideias de Hilary Jenkinson (1937) enfatizava que o trabalho de avaliação e seleção deveria ser desenvolvido pelos funcionários das seções produtoras de documentos sem a intervenção de arquivistas. Para Silva et al (2009), os alemães promoveram, segundo suas tradições, a seleção documental elegendo o arquivista como determinante para o estabelecimento dos critérios de avaliação. Mas foi nos Estados Unidos que a problemática da avaliação se desenvolveria recebendo influências inglesas e alemãs:

Schellenberg, num estudo que veio a ser a principal referência para os arquivistas americanos, considera a existência de um valor primário (para a entidade produtora) e um valor secundário (para a investigação). Além disso, introduziu a distinção entre “valor evidencial” e “valor informativo”, como dois aspectos do valor secundário, o que significou, em certa medida, a incorporação dos critérios usados na Alemanha, para orientar a avaliação. As ideias americanas sobre esta questão representam uma síntese das posições inglesa e alemã e procuram atingir um objetivo muito concreto: conservar um máximo de informação, preservando um mínimo de documentos (Silva et al, 2009, p.131)

Para a literatura sobre arquivos a Segunda Guerra Mundial marcou um momento relevante para a temática, pois num crescente a massa documental tomou proporções que beirou a perda de controle. O Estado ou os Estados, Liberal e Socialista, tomavam cada vez mais conta da vida dos cidadãos, isto é, ao promoverem os benefícios sociais, econômicos, culturais também exigiam uma série de deveres, todos eles permeados pelo controle do documento. Somou-se a essas exigências a necessidade de pesquisar o próprio Estado, dimensionar sua população, suas carências, suas possibilidades.

Silva et al (2009, p.131) afirmam que houve “(...) a movimentação em massa de documentos, por razões de ordem política, ideológica, estratégia militar e mesmo por razões de Estado.” Outro agravante, ainda segundo esses autores, para o grande aumento da massa documental foi o desenvolvimento da tecnologia. Aqui aparece a

ideia de “explosão documental”, ou seja, a produção documental tomou tal dimensão quantitativa que foi necessário pensar formas de controlá-la.

Por esse contexto reconhece-se que “uma estrutura artificial” foi criada a partir de então, o “pré-arquivo ou arquivo intermediário”. Nessa mesma direção, há o conceito norte-americano do *records management*. O estabelecimento dessas divisões do arquivo passa por sua vez, pela ideia de ciclo de vida dos documentos, em que apesar de conceber “nascimento, vida e morte” do documento, seguindo um fluxo contínuo, há a clara separação em fases bem definidas, isto é, arquivos correntes (documentos ativos), arquivos intermediários (documentos semi-ativos) e arquivos permanentes (documentos inativos).

Silva et al (2009, p.136) compreende que há etapas nas quais cada documento passa e nelas uma especificidade que lhes é própria, faltando, no entanto, “(...) uma metodologia integradora, sem a qual não serão inteligíveis os mecanismos internos que explicam a essência dos arquivos, enquanto sistemas orgânicos.”

Heredia Herrera (1991), ao discutir gestão de documentos, levanta a questão do profissional que atua no ciclo de vida documental. Para a tradição norte-americana, no *records management* o profissional atuante é o gestor de documentos, enquanto no arquivo propriamente dito ou no arquivo permanente, o profissional é o arquivista. Nessa separação todo o processo de avaliação documental é realizado pelo gestor, o que para a autora é um perigo, pois esse profissional não tem a formação histórica necessária para a avaliação, há deficiência e até mesmo ausência de coordenação entre ambos os profissionais.

O pensamento integrador das fases do documento será possível com a arquivística integrada canadense de língua francesa. Ainda, é essa vertente que também pensa a informação orgânica e registrada, de maneira mais interligada às discussões da arquivística. Para Lopes (1998), dois autores canadenses e duas de suas obras são essenciais para a compreensão da arquivística integrada: Carol Couture e Jean-Yves Rousseau com os títulos *Les archives au XX siècle: une réponse aux besoin de l'administration et de la recherche* e *Les Fondements de la discipline archivistique*. Lopes também se dedica à arquivística integrada uma vez que realizou seu pós-doutorado sob a supervisão de um dos autores, Carol Couture, e de Louise Gagnon-Arguin. Dessa experiência resultou o livro *A imagem e a sombra da Arquivística* (1998, p.14), em que levanta a seguinte hipótese:

(...) a arquivística integrada é a corrente de pensamento arquivístico internacional mais desenvolvida do ponto de vista científico e a única onde as sombras da arquivística tradicional conservadora e do *records management* pragmático permanecem menores e sem importância fundamental.

Outro trabalho que também faz um estudo da arquivística integrada, abordando em conjunto a pós-moderna e a diplomática contemporânea é a dissertação de mestrado de Natália Bolfarini Tognoli (2010). A autora estuda e reflete sobre as escolas canadenses, francesa e inglesa, compreende a diplomática contemporânea representada por Luciana Duranti, no contexto do Canadá e as contribuições e influências para a arquivística na contemporaneidade.

Por certo, os autores citados acima traçam o percurso epistemológico da arquivística e a escolha se deu sobre aqueles que contribuem para a reflexão sobre o processo de avaliação. Mesmo antes de Hilary Jenkinson, houve o estabelecimento de alguns parâmetros de avaliação, sobretudo para a eliminação. H. Jenkinson foi importante para a constante reflexão passando por Schellenberg, pela gestão integrada até as discussões mais recentes da gestão de documentos, preocupada principalmente com a *grande* produção documental e o acúmulo deles muitas vezes de maneira desorganizada.

A avaliação de documentos no âmbito das universidades brasileiras

No Brasil o estudo, a reflexão e a prática da avaliação de documentos tomam importância por volta dos fins dos anos 1970, nos anos 1980 e 1990. O Sistema Nacional de Arquivos – SINAR – instituído em 1978 não existiu na prática e deixou de lado

questões relativas aos arquivos correntes, dentre eles a avaliação de documentos, atendo-se às fases intermediárias e permanentes do documento de arquivo. Após a lei 8.159 o SINAR foi revisto e desenvolveu suas atividades voltadas para a integração dos sistemas estaduais e municipais.

Em artigo publicado em 1987 na revista *Acervo*, e referência até os dias de hoje, José Maria Jardim reflete sobre a situação, naquele momento, da gestão de documentos no Brasil. O autor traça uma paisagem em que a administração pública não é sensível à implantação da gestão de documentos em qualquer que seja a sua esfera: municipal, estadual ou federal. A visão um tanto quanto pessimista assumida por ele é, na verdade, um alerta à total falta de preocupação da administração pública com a documentação que produz, acumula e guarda, além do descaso com a informação e atendimento ao cidadão.

No âmbito das universidades, nesse mesmo período, a gestão de documentos, e mais pontualmente a contextualização da produção e avaliação de documentos, começa a ser discutida e implantada nas universidades públicas. Em 1991 foi realizado na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. Reunidos, representantes de várias universidades e centros de documentação universitários, discutiram propostas de sistemas de arquivo e centros de documentação voltados para a pesquisa científica.

Ainda em 1991 o poder executivo brasileiro sancionou a Lei nº 8.159 como uma política nacional para arquivos públicos e privados. A gestão de documentos está prevista nessa lei como uma série de procedimentos e técnicas que abrange todo o chamado ciclo de vida do documento, ou seja, da sua produção até a sua guarda permanente. A lei federal regulamentou o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, mas outras iniciativas já existiam como o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo que foi instituído pelo decreto nº 22.789 de 19 de outubro de 1984, abrindo caminho para a gestão de documentos nesse estado.

Partindo dessa retrospectiva percebemos que a gestão de documentos ganhou mais espaço de discussão e prática principalmente na esfera pública enfatizando o papel da legislação como instrumento de sua implantação. Na esfera privada brasileira a gestão de documentos ainda é pouco praticada, a organização e o tratamento da documentação quando realizados prevê a constituição de centros de documentação e memória de caráter permanente sem nenhuma relação com a documentação produzida e em fase corrente.

Vimos acima que no ano de 1991 houve o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários um dos primeiros lugares de debate sobre a organização e o tratamento de documentos produzidos, recebidos e acumulados por universidades e centros de documentação voltados para a pesquisa científica. A Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – apresentou, nesse Seminário, o seu Sistema de Arquivos – SIARQ – criado em 1984 e, ainda, responsável pela política arquivística da universidade; em 1989 houve a criação da coordenadoria do SIARQ, e posteriormente, foi instituída uma comissão para a elaboração do projeto de Sistema de Arquivos.

Nessa apresentação é clara a preocupação em racionalizar a produção de documentos enfatizando o processo de avaliação documental como aquele que possibilita um melhor gerenciamento de documentos, pois que exige conhecimento dos tipos documentais produzidos e recebidos e amadurecimento da destinação desses documentos. A ideia de rede perpassa o entendimento de integração entre o que nomeiam de “Arquivos de Gestão – próximos aos escritórios -, os Arquivos Setoriais – centralizados nas Unidades Acadêmicas e administrativas (...)” (Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, 1992, p.59). O sistema toma como princípio a gestão sistêmica e é baseado no ciclo de vida dos documentos: na fase corrente os documentos são gerenciados nos arquivos de gestão, na fase intermediária encontram-se nos arquivos setoriais e finalmente, em fase permanente, os documentos são encaminhados ao arquivo central que não apenas acumula essa documentação, mas também coordena o sistema, orienta técnica e normativamente as unidades, setores administrativos e acadêmicos além de promover a avaliação documental.

Esse sistema integrado funciona até os dias atuais com algumas modificações que não discutiremos nesse momento. Houve a sua consolidação assim como um refinamento de suas funções e maiores condições de trabalho com equipe cada vez mais exclusiva e especializada.

No mesmo evento, a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP -, também apresentou seu projeto de implantação de sistema de arquivo. O CEDEM – Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista, criado em 1987 foi quem fez o projeto para a implantação de sistema de arquivo na UNESP. Houve uma primeira fase de levantamento e diagnóstico das condições dos arquivos da UNESP uma vez que essa Universidade foi criada à partir da incorporação de institutos isolados de ensino superior no interior do estado de São Paulo, e, um levantamento histórico desses institutos.

Alguns pontos foram levantados após esse diagnóstico físico/documental: não havia homogeneidade de produção documental, de guarda de informações, procedimentos em relação à avaliação de documentos eram isolados e sem orientação. O projeto então apresentado e iniciado em 1990 tinha duas fases: "1) a elaboração de tabelas de todas as unidades da UNESP; 2) a implantação de arquivos permanentes em todos os campus universitários, etapa que terá início em 1992." (Bartella, 1992, p. 70)

Para a implantação do projeto foram mobilizados os funcionários das "Equipes Setoriais de Arquivos", houve treinamento dessas equipes para levantamento de organograma local, legislação e listagem de tipos documentais. Esse trabalho visava à constituição de instrumento de avaliação, ou seja, a Tabela de Temporalidade privilegiando o trabalho arquivístico em arquivos correntes. Na apresentação, as historiógrafas responsáveis pelo projeto ressaltaram o seu caráter democrático a partir da ampla participação de funcionários das áreas administrativas em todo o processo.

Dessa forma, a implantação do sistema de arquivos também contemplava características institucionais determinantes para o pleno funcionamento do sistema como a existência de mais de 20 campi espalhados pelo território do Estado de São Paulo. Não seria possível conceber um sistema centralizado em um único lugar para o recolhimento de documentos em fase intermediária e fase permanente, mas seria imprescindível uma coordenação para normalizar, padronizar e organizar a documentação produzida e recebida pela universidade.

O sistema de arquivos da UNESP não conseguiu ser implantado por uma série de motivos que ainda não foram estudados. Algumas ações relativas ao processo de avaliação continuaram a existir como a eliminação de documentos a partir de portarias emitidas pela Reitoria, qualificação de supervisores de área, ou seja, Seções Técnicas de Comunicações – lugar do protocolo e arquivo -, instituição de Comissão Central de Avaliação Documental – atualmente Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - CADA -, revisão e adequação de Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de atividades-fim em conjunto com outras universidades estaduais – USP E UNICAMP-.

A Universidade de São Paulo, por sua vez, não participou desse seminário e iniciou a implantação de um sistema de Arquivos em 1995 com a criação de Comissão Técnica e Grupo Executivo para estudo e operacionalização do projeto com o estudo e estabelecimento de instrumentos de gestão de documentos como a Tabela de Temporalidade. Em 1997 o Sistema de Arquivos da USP foi instituído e o trabalho de gestão, orientação, padronização e outras ações próprias do sistema foram consolidados.

Atualmente, a avaliação de documentos no ambiente das universidades brasileiras está em crescente prática e amadurecimento reflexivo. As Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – também constituíram instrumentos de avaliação de documentos e, portanto há muito a ser pesquisado e debatido apesar da relativa novidade dessa prática no meio ambiente universitário.

Podemos pensar que no trabalho desenvolvido nas Universidades Federais (IFES) e nas três Universidades Estaduais Paulistas há duas visões sobre a organização de seus documentos de atividades-fim, uma, herdeira da escola espanhola ao trabalhar a série

documental. A segunda influenciada pela arquivística integrada canadense refletindo sobre o ciclo de vida dos documentos e, sobretudo, privilegiando a questão do plano de classificação no arquivo corrente.

A avaliação de documentos e da informação na Universidade do Porto - Portugal

Esse estudo comparativo analisa, também, a avaliação de documentos e de informação no contexto das universidades portuguesas; examinamos aqui a Universidade do Porto, uma vez que ali foi concebido, desde os anos 1990, um novo modelo de teoria e metodologia para a arquivística, com mudança de paradigma, de custodial para pós-custodial, propondo então novos critérios de avaliação: a pertinência, a densidade e a frequência. É um modelo sistêmico, centrado na informação que, no entanto, percebe também o documento.

Houve a concepção de um projeto da Universidade para o desenvolvimento e aplicação de um Sistema de Informação Arquivo: "O Sistema de Informação Arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada" (Ribeiro, Fernandes, 2003, p.84). Esse projeto foi implantado em lugares específicos da instituição: "Reitoria e Serviços Centrais, Faculdades de Arquitetura, Belas-Artes, Engenharia, Letras e Psicologia e Ciências da Educação" (Ribeiro, Fernandes, 2003, p.84).

As autoras fizeram um "estudo orgânico-funcional (...)" (Ribeiro, Fernandes, 2003, p.84) para compreender o "contexto da produção informacional" e como é constituída a "memória institucional (o arquivo)". Houve o levantamento e estudo da legislação da Universidade o que gerou organogramas que possibilitaram representar e perceber a estrutura organizacional. O âmbito do projeto abrangia apenas a avaliação da informação acumulada, entretanto, ampliou-se o campo também para a informação em uso, ou seja, a informação registrada nos documentos de uso corrente.

O trabalho de organização e avaliação não se deu então apenas com a documentação acumulada e o estudo de seu contexto de produção. À documentação de uso corrente também foi necessário o mesmo estudo e elaboração de tabelas e listas que constituíram instrumentos de pesquisa e acesso.

O método pós-custodial assenta-se sobre quatro polos: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico (Silva et al., 2009). Há uma relação dinâmica entre esses polos sendo que o primeiro trata do conhecimento e desenvolvimento da disciplina arquivística, no segundo, há a um trabalho conceitual usado na investigação com leis e princípios, a seguir, a investigação debruça-se sobre a realidade em um intenso conhecimento institucional, partindo da história da instituição, suas normas, leis, regulamentos, sua funcionalidade, utilizando várias técnicas de pesquisa; por fim, no polo morfológico há a análise e reflexão de tudo o que foi estudado nos três outros polos. A ideia fundamental é ter um conhecimento do todo para compreender não apenas o documento/informação ou a instituição, mas como as relações entre ambos acontecem em um sistema.

Como citamos acima, a aplicação desse método na Universidade do Porto levou a Reitoria a pensar a Gestão da Informação, ou seja, não importa o suporte da informação, mas sim o trabalho sistêmico e consistente de organização que ela recebe. No entanto, o trabalho desenvolvido aflorou conflitos metodológicos entre essa Universidade e a Torre do Tombo, instituição nacional que regula e fiscaliza a avaliação e destinação de documentos das instituições portuguesas.

As tensões entre Estado e Universidade sempre existiram, pelo menos nos contextos estudados. No Brasil, as universidades mesmo que imbuídas de autonomia, sempre estiveram ligadas ao Estado, seja na esfera estadual ou federal, que pensa as políticas de ensino superior, gerando quase sempre tensões e resistências. As recentes questões levantadas pelas políticas documentais voltadas para a ciência e as universidades, ganharam atenção maior no âmbito da Lei de Acesso à Informação, e promovem debates pontuais como o sigilo do documento/informação, entretanto não percebemos que causam tensões e conflitos que representem divergências metodológicas ou conceituais a ponto de parar os processos de avaliação de documentos ou mesmo a implantação de gestão de documentos no âmbito universitário. Nesse sentido, a Lei de Acesso à Informação, a nosso ver, estimula a

gestão de documentos uma vez que a informação é a de arquivo e quase sempre a de arquivo corrente.

No Brasil as divergências entre as instituições de arquivo estaduais e federais e as universidades quanto à questão que discutimos, e mais especificamente no estado de São Paulo, ainda não foram estudadas uma vez que o processo é muito recente e está em implantação. No entanto, a avaliação de documentos refletido e praticado desde os anos 1990, não pode deixar de ser debatido junto às problemáticas do patrimônio documental e da memória científica.

O debate não pode se restringir à criação de centros de documentação e memória no âmbito das universidades e fundações de ciência, uma vez que a questão documental não está restrita ao documento permanente ou histórico, mas a todo o documento produzido e recebido no âmbito universitário e científico.

Considerações finais

O caminho do debate sobre os arquivos universitários é longo e nos apresenta uma série de outros caminhos, atalhos, trilhas. A avaliação de documentos é apenas um deles, porém, um ponto crucial, um centro de interesses que nos dá a perspectiva do que ficará para o futuro.

As reflexões que realizamos indicam que a avaliação deve pertencer a uma política arquivística que privilegie a gestão e a preservação de documentos e seus valores de origem, isto é, os valores administrativos, probatórios e de testemunho, de acordo com a fase na qual o documento está em seu ciclo vital.

O desafio no nosso horizonte está entrelaçado ao que consideramos e desejamos como patrimônio documental e memória na ciência e nos lugares que a produzem. Esse desafio está intrinsecamente ligado às decisões tomadas no processo de avaliação de documentos.

Devemos considerar em nossos dias a expansão tecnológica que parece ser quase infinita e influencia fortemente a reflexão sobre memória e patrimônio, uma vez que é parte determinante de políticas nos sistemas de administração, de arquivos, produzindo documentos.

Ao mesmo tempo em que muitas possibilidades de racionalização, eficiência e espaço para guardar documentos existam, por outro lado, as possibilidades da perda e do esquecimento são muito maiores que em outras épocas. A tecnologia revelou e intensificou o que antes demandava um esforço tanto tecnológico quanto humano. Há um excesso tanto para guardar quanto para perder, nos parece que a ideia de manter está sempre em risco.

Ao identificarmos a diversidade de suportes e tipos de documentos no ambiente universitário, compreendemos a mesma diversidade de memórias uma vez que todas as áreas da ciência vivem em um mesmo meio. A comunidade científica tem não apenas memória de cientistas em seu trabalho solitário, mas especialmente, o trabalho em grupo e em equipes constituindo memórias de grupos. Cada vez mais, o trabalho científico é realizado em grupo, não apenas nos laboratórios, mas nas atividades de reflexão e troca de experiências, como os grupos de pesquisa em constante expansão.

A memória coletiva e individual acontece em diversos âmbitos no caso da ciência, desde o cientista em sua sala até o grupo de pesquisa nos encontros científicos ou nas reuniões virtuais. As ideias de Halbwachs (2006) e fundamentalmente a que a memória individual apoia-se na memória coletiva é potencializada na universidade uma vez que a noção principal é o coletivo, no entanto, é dele que despontam as individualidades estimuladas ali mesmo, portanto um alimenta o outro.

Esse mesmo grupo é responsável por sua memória, porém, a percepção da responsabilidade não é tão clara para essa mesma comunidade. Ela deve ser sensibilizada para que seu próprio trabalho não seja esquecido, apagado ou simplesmente não se adapte às transformações tecnológicas. As reflexões que fizemos no sentido de compreender a metodologia usada pelas universidades no processo de avaliação documental são fundamentais para o desenvolvimento das

outras etapas da pesquisa principalmente quanto às questões relativas à memória nos arquivos científicos contemporâneos.

Referências

Barletta, J. M, Faria, M. M. M. de (1992). Projeto de implantação do sistema de arquivos da UNESP. In Atas do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários (pp.69-72). Campinas, SP: UNICAMP.

Brasil. LEI Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>.

Couture, C, Rousseau, J-Y (1982). Les archives aux XX siècle. Une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche. Montréal: Université de Montréal.

Halbwachs, M. (2006) *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro.

Heredia Herrera, A. (1991) *Arquivística general: teoria y práctica*. 5ª edición, Sevilla, España.

Jardim, J. M. (1987). O conceito e a prática da gestão de documentos. *Acervo*. Rio de Janeiro, (2) 2, jul.-dez.,35-42.

Jenkinson, H. (1937). *A manual of archive of administration*. London:Percy Lund, Humphries.

Lopes, L. C. (1998). *A imagem e a sombra da arquivística*. Rio de Janeiro, Brasil; Montreal, Quebec, Canadá: Arquivo Público.

Medleg, G. (2014). A ciência sob sigilo – Os arquivos de ciência na Lei n. 12.527 e sua invisibilidade nas instituições públicas. In L.M.V. de Oliveira, M.C. S. de M e Silva (orgs.), *Lei de acesso à informação: impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia* (pp. 07-22). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Ribeiro, F., Fernandes, M. E. M. (2003) O sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: potenciar o uso da memória informacional retro-prospectivamente. *Páginas Arquivos e Bibliotecas*. Lisboa, Portugal; Gabinete de Estudos, 11, 79-99.

Rousseau, J-Y; Couture, C. (1998) . Os fundamentos da disciplina arquivística. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Samuels, H. W. (1992) *Varsity Letters: documenting modern colleges and universities, the society of american archivist*, Metuchen: N.J.& London, The Scarecrow Press Inc..

Silva, Armando Malheiro da et al. (2009). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 3ª ed., Vol. 1. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Tognoli, N. B. (2010) A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, São Paulo.

Welfelê, O. (2004) A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, (2) 1, jan./jun, 65-72.